

Venuti, Lawrence. *Escândalos da tradução*. Trad. Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda, Valéria Biondo. Bauru, EDUSC, 2002. 396p.

Marcia A. P. Martins*

Em *Escândalos da tradução*, publicado originalmente em 1998, Venuti retoma e aprofunda as reflexões desenvolvidas em seu livro anterior, *A invisibilidade do tradutor* (1995), em que já havia denunciado a marginalidade da tradução e proposto estratégias para tentar revertê-la ou, pelo menos, atenuá-la. A abordagem do novo livro dá especial ênfase a questões e situações relacionadas à tradução classificadas por Venuti como “escândalos”, e que podem ser de natureza cultural, econômica e política. A tradução, ele aponta, “é estigmatizada como uma forma de escrita, desencorajada pela lei dos direitos autorais, depreciada pela academia, explorada pelas editoras e empresas, organizações governamentais e religiosas” (p. 10). Com o objetivo de expor esses escândalos e de propor uma “ética da diferença” – como destaca o subtítulo do livro – o teórico americano, combinando erudição, pesquisa extensa, estudos de caso instigantes e estilo que oscila entre o elaborado e o quase panfletário organiza suas idéias em oito capítulos, sem contar a introdução, que abordam desde estratégias tradutórias até os efeitos da globalização, passando pela discussão dos direitos autorais e do próprio conceito de autoria.

No primeiro capítulo, intitulado “Heterogeneidade”, Venuti trabalha com os conceitos de “resíduo” – que se verifica numa conjuntura específica de uma forma maior dominando variáveis menores, que acabam sendo liberadas – e de tradução “minorizante”, estratégia que busca promover inovação cultural fugindo

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

do das formas canônicas, dos dialetos-padrão, e, conseqüentemente, produzindo um discurso tradutório que se destaca pela heterogeneidade, ou seja, pela heterodoxia, pelo inusitado, pelo estranhamento que cria, pelo desmascaramento da ilusão realista. O tradutor minorizante busca liberar o resíduo doméstico ao trabalhar com um texto estilisticamente inovador (p. 49).

Os dois capítulos seguintes, “Autoria” e “Direitos autorais”, discutem extensamente essas questões, que tanto parecem contribuir para a atual marginalidade da tradução. Venuti atribui ao conceito dominante de autoria o medo da “inautenticidade, da distorção, da contaminação” que a tradução provoca (p. 65). Sua colocação de que a tradução pode ser considerada uma forma de autoria derivada, “não auto-originária”, tornou-se bastante difundida entre tradutores e estudiosos da tradução. Em relação aos direitos autorais, o teórico procura mostrar como a lei atual, que pouco contempla o tradutor, propicia às editoras fazer política cultural, modelando os desenvolvimentos culturais em âmbito nacional e internacional. Apresenta, ainda, uma genealogia dos direitos autorais, fruto de extensa e detalhada pesquisa, para expor incoerências e propor reformulações que beneficiem o tradutor e a prática da tradução (p. 97), como a adoção de um conceito coletivo de autoria (p. 120).

Embora interessantes à primeira vista, as propostas apresentadas acabam se revelando de difícil implementação, como a de limitar os direitos do autor estrangeiro sobre a tradução por um período definido – por exemplo, cinco anos – com vistas a incentivar o investimento em traduções. Decorrido esse prazo, sugere Venuti, se o texto estrangeiro não tiver sido traduzido, o primeiro tradutor ou editora a publicar uma tradução da obra “deveria não somente poder registrar o direito autoral da tradução”, como também “gozar de um direito de tradução exclusivo sobre o texto estrangeiro” (p. 126). A facilidade com que nos ocorrem contra-argumentos a essa colocação evidencia a complexidade da questão e sugere que a situação configura um “escândalo” não por descaso e omissão, mas pela extrema dificuldade em equacioná-la. Existe, por exemplo, o risco de que autores de culturas não-hegemônicas venham a ser prejudicados, na medida em que editoras de culturas hegemônicas, de grande poder

com a influência internacional da língua inglesa, configurando uma situação de narcisismo e complacência culturais. Sua proposta é que a tradução deixe de ser “reprimida” no ensino de literatura traduzida, procurando-se, na sala de aula, chamar atenção para os resíduos de valores domésticos inscritos no texto estrangeiro traduzido, normalmente encarado como o próprio texto de origem, transparente, sem mediações; em outras palavras, aprendendo-se a ler traduções *enquanto* traduções, como textos que comunicam mas também inscrevem o texto estrangeiro com valores domésticos. Com isso, espera Venuti, “os alunos também aprenderiam que os Grandes Livros são apenas tão Grandes quanto suas traduções permitem que sejam, que a canonicidade não depende simplesmente de características textuais, mas também de formas de recepção que refletem os valores de comunidades culturais específicas em detrimento de outras” (p. 180).

A mesma questão é levantada no capítulo “Filosofia”, que objetiva desafiar a crença dos filósofos de que a transparência é um ideal atingível, examinando a diferença que o ato tradutório – e a inevitável domesticação que acarreta – “abre na materialidade do texto filosófico” (p. 204).

A leitura desses dois capítulos desperta, inevitavelmente, um questionamento acerca do impacto dessas estratégias pedagógicas sobre os currículos e a carga horária das disciplinas; certamente o espaço necessário para tais discussões sobre tradução nas aulas de literatura e filosofia será significativo, aumentando as tradicionais preocupações dos professores quanto à possibilidade de cobrirem, no período de duração do curso, todos os itens do programa considerados fundamentais.

Venuti reserva para o final do livro dois capítulos especialmente interessantes pela atualidade das discussões que suscitam: “O best-seller” e “Globalização”. Embora não seja grande novidade entre nós a desproporção entre as traduções de literatura estrangeira para o inglês e as de títulos produzidos em língua inglesa para outros idiomas, os números reais são impressionantes: nos Estados Unidos, em 1994, apenas 2,74% dos livros publicados foram produzidos originalmente em um idioma estrangeiro, enquanto no Brasil, no mesmo ano, 60% dos novos

títulos eram traduções, das quais 75% a partir do inglês. Diante disso, é lícito esperar que dificilmente um livro estrangeiro será um sucesso de vendas nos países de língua inglesa; as poucas exceções são discutidas no capítulo 7, ilustradas com o emblemático exemplo do autor italiano Giovanni Guareschi, autor de uma famosa série sobre o padre Camillo – o popular Don Camillo – e seu desafeto Peppone, o prefeito comunista da cidade (um vilarejo no norte da Itália). Normalmente utilizando estratégias de domesticação, que incluem a preocupação com um discurso fluente e transparente, essas traduções estão impregnadas de códigos, valores e ideologias da cultura doméstica. Segundo Venuti, a tradução de um best-seller “tende a revelar muito mais sobre a cultura doméstica para a qual foi produzida, do que a cultura estrangeira que ela hipoteticamente representa” (p. 236-7).

O processo de domesticação também pode incluir um trabalho de edição dos textos; a tradução para o inglês do romance *O nome da rosa*, de Umberto Eco, feita pelo prestigiado William Weaver, omitiu doze páginas do original, o que certamente influenciou na leitura e recepção do livro.

O capítulo sobre globalização examina a tradução e a recepção em culturas não hegemônicas, afirmando que “os papéis desempenhados pela tradução nas culturas subordinadas, coloniais ou pós-coloniais, aprofundam o escândalo de sua marginalidade atual nos países hegemônicos” (p. 350). Esse capítulo vem, de certa forma, responder a uma pergunta que *A invisibilidade do tradutor* deixara no ar: será que o iconoclasta e anti-hegemônico Venuti, ao defender estratégias estrangeirizantes, de resistência, de forma genérica, como se o que fosse bom para os Estados Unidos fosse necessariamente bom para culturas não hegemônicas, não estaria sendo imperialista e etnocêntrico? O que acontece nas culturas ditas subordinadas, pós-coloniais, que não buscam a mesma identificação narcísica a que aspiram suas contrapartes hegemônicas? Seus motivos para buscar uma estratégia de fluência certamente são outros. Aparentemente, Venuti se deu conta da incongruência, e lançou, em *Escândalos*, uma nova luz sobre a questão, mostrando que está ciente dos interesses, motivações e efeitos distintos.

Uma evidência disso é o alerta que faz a respeito do emprego, por parte de culturas subordinadas com ricas tradições literárias, de estratégias que levam a uma “localização extrema”; em sua opinião, corre-se o risco de uma “ênfase homogeneizadora que pode refletir e encorajar fundamentalismos étnicos e religiosos enquanto elimina as diferenças culturais dos textos estrangeiros” (p. 354).

Em suma: trata-se de um livro extremamente valioso como fonte de estudo para tradutores, professores e/ou estudiosos da tradução, devido a suas colocações instigantes e, muitas vezes, polêmicas, e também como fonte de referência, pela riqueza de dados e estudos de caso detalhados. A tradução é cuidadosa, com algumas notas esclarecedoras e informativas, e a presença de um revisor técnico evidencia zelo editorial. Apesar da impressão de que os capítulos foram escritos isoladamente, devido a algumas redundâncias desnecessárias, o todo resulta suficientemente homogêneo, revelando uma reflexão bem sedimentada, bem fundamentada e, acima de tudo, com uma agenda política muito clara, como já aprendemos a esperar de Lawrence Venuti.